

Moçambique

Janeiro 2009

2009 - Optimismo moderado

- ⚡ No primeiro semestre de 2008, a economia cresceu em termos homólogos 4.3%, abaixo dos 7% observados em 2007, situação que ficou a dever-se, sobretudo, às dificuldades de abastecimento de energia eléctrica e à queda da produção industrial. O sector agrícola destacou-se pela positiva, tendo o seu contributo ultrapassado os 50%, pois conseguiu crescer mais de 8% em termos homólogos apesar das cheias, aumentando seu peso no PIB de 24% para 30%. Entretanto, a inflação acelerou nos primeiros meses do ano, tendo atingido um pico de 15.85% em Setembro, tendência explicada pelo aumento do preço dos bens alimentares.
- ⚡ O cenário macroeconómico de enquadramento ao Orçamento de Estado 2009 é relativamente optimista: crescimento do PIB de 6.5% em 2008 e 6.7% em 2009; inflação de 9.8% este ano e 8% em 2009. De facto, atendendo à actual envolvente internacional fortemente negativa, as entradas previstas de investimento directo estrangeiro poderão ficar aquém do esperado e serem adiados alguns dos megaprojectos previstos (barragem de Mependa Uncua no Rio Zambeze, o Corredor de Areias do projecto das minas de titânio e vários outros projectos) devido a dificuldades de financiamento, ainda que não estejam em causa os fluxos de ajuda internacional. No que respeita à taxa de inflação, a queda dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis deverá induzir desaceleração da inflação em 2009, ainda que este efeito deva ser parcialmente compensado pela re-introdução dos impostos aduaneiros e eliminação dos subsídios sobre os combustíveis e meios de transporte colectivos, revertendo as medidas adoptadas ao longo de 2008 após os fortes protestos da população na sequência da escalada de preços.
- ⚡ O problema do SIDA/HIV continua a marcar a sociedade moçambicana. Segundo as autoridades cerca de 16% da população entre os 15 os 49 anos é seropositiva o que constitui um sério entrave ao desenvolvimento do país uma vez que eleva as perdas de produtividade resultantes não só da maior mortalidade mas também do maior absentismo provocado pela doença.
- ⚡ Após uma melhoria no *ranking* de 2008, Moçambique teve um fraco desempenho no *ranking* Doing Business 2009 do Banco Mundial. Moçambique situa-se em 141º lugar de uma lista de 181 países, 8 posições abaixo do lugar ocupado em 2008. Este *ranking* é uma referência internacional na avaliação para as condições de realização de negócios e o desempenho de Moçambique poderá reduzir a atractividade do país em termos internacionais. Em relação a outros países da África Subsariana, Moçambique continua a posicionar-se melhor do que Angola mas ainda muito abaixo dos melhores exemplos como a Namíbia.

Paula Carvalho

Email: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 11 87

João Vitor Sousa

Email: joao.vitor.sousa@bancobpi.pt

Telef.: 21 310 10 28



Mozambique

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rui Martins dos Santos

Director Geral

Cristina Casalinho
Paula Gonçalves Carvalho

Directora
SubDirectora

João Vítor Sousa
Lara Cordovil Wemans
Susana de Jesus Santos
Teresa Gil Pinheiro

ANÁLISE TÉCNICA

Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86

Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpi.pt

www.bancobpi.pt

www.bpilinvestimentos.pt/Research

ÍNDICE

	Pág.
DESENVOLVIMENTOS SOCIO-POLÍTICOS RECENTES	04
CONTAS NACIONAIS	07
INFLAÇÃO	08
SECTOR EXTERNO	09
Balança de Pagamentos	09
Taxa de câmbio	09
POLÍTICA MONETÁRIA E SISTEMA FINANCEIRO	10
INDICADORES DE COMPETIVIDADE	12
ANÁLISE AO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2009	14
1. A EXECUÇÃO DE 2008	14
...As receitas	14
...A despesa	15
...Despesas de investimento	16
...Défice aumenta em termos homólogos	16
...Despesas globais em áreas prioritárias	16
2. A PREVISÃO PARA 2009	17
... A despesa de investimento	19
3. CONCLUSÕES	19

DESENVOLVIMENTOS SOCIO-POLÍTICOS RECENTES

ELEIÇÕES DECORREM COM TRANQUILIDADE

No dia 19 de Novembro de 2008 realizaram-se as terceiras eleições autárquicas do país em 43 cidades e vilas moçambicanas com categoria de municípios. A Frelimo, partido no poder, consolidou a sua posição ao vencer as eleições em 41 municípios. Na cidade de Nacala Porto será necessário recorrer a uma segunda volta para apurar o vencedor enquanto que na cidade da Beira o vencedor foi um candidato independente. O processo eleitoral decorreu dentro da normalidade, aparte algumas anomalias e irregularidades, tendo sido considerado o melhor organizado até agora no país por observadores internacionais.

O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) já começou a preparar as eleições presidenciais e legislativas de 2009 estando previsto a actualização dos cadernos eleitorais bem como acções tendo em vista a correcção dos erros técnicos cometidos. Nessas eleições espera-se que a Frelimo reforce a sua posição maioritária e que Armando Guebuza, presidente da República, seja reconduzido no cargo para o seu segundo mandato de quatro anos.

Numa situação comum a jovens democracias africanas, o principal partido da oposição, Renamo, tem sentido dificuldades para fazer face à hegemonia do partido no poder. Recentemente, na África do Sul um grupo de dissidentes do Congresso Nacional Africano formou um novo partido que a ter sucesso poderá marcar uma nova tendência na região, ou seja, a oposição aos partidos dominantes poderá emergir do interior do próprio partido.

FLAGELO DA SIDA/HIV APRESENTA CENÁRIO NEGRO

O problema do SIDA/HIV continua a marcar a sociedade moçambicana. Segundo as autoridades cerca de 16% da população entre os 15 os 49 anos é seropositiva o que constitui um sério entrave ao desenvolvimento do país uma vez que eleva as perdas de produtividade resultantes não só da maior mortalidade mas também do maior absentismo provocado pela doença.

A função pública encontra-se particularmente afectada por este flagelo com mais 31 mil funcionários afectados de um total de 165 mil. Mais, calcula-se que até 2010, 17% dos professores do país morrerão devido à doença, levando o rácio professor/aluno a descer para 1/82 com consequências adversas na qualidade do ensino. Também até 2010, cerca de 20% das crianças irão ficar órfãs e a esperança média de vida do país deverá diminuir dos já baixos 41 anos.

As autoridades estimam ainda que durante esta década cerca de um milhão de pessoas morrerão devido à doença num país com 21 milhões de habitantes. Os desafios enfrentados pelas autoridades no combate a este flagelo centram-se, quer na prevenção do seu contágio a uma maior proporção da população, quer no apoio à população infectada. Assim, as autoridades deverão envidar esforços no sentido de: informar a população sobre as formas de contágio da doença; criar um sistema de saúde que apoie os infectados uma vez que os tratamentos existentes hoje em dia, e que ainda não chegam convenientemente a toda a população, permitem prolongar substancialmente o tempo de vida saudável do doente; criar um sistema de apoio às crianças para que estas possam receber uma educação condigna evitando que sigam o caminho da marginalidade.

A elevada taxa de prevalência também provocou um aumento da discriminação da população infectada no seio da sociedade. Para proteger esta camada da população foi aprovado o projecto de lei de Defesa e Combate à Estigmatização e Discriminação de Pessoas vivendo com o HIV/SIDA que visa sobretudo diminuir a discriminação no acesso aos cuidados de saúde e no seio da sociedade uma vez que a lei já protegia as pessoas infectadas no mercado de trabalho.

LUTA ANTI-CORRUPÇÃO CONTINUA

Os problemas de corrupção continuam a atingir as instituições do país o que descredibiliza as autoridades do país perante a comunidade internacional. Num país em que os donativos perfazem metade do orçamento de estado, este assunto assume especial importância na medida em que a predisposição dos doadores internacionais diminui perante o uso inapropriado dos fundos. Neste sentido, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) que funciona na dependência directa da Procuradoria-geral da República tem procedido a

investigações mais assertivas tendo procedido à detenção do anterior ministro do Interior conjuntamente com oito funcionários do ministério por suspeita de desvio de fundos no valor de USD 8.8 milhões, tendo ainda sido detidos o anterior responsável pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e o presidente da Aeroportos de Moçambique (ADM).

GOVERNO ANUNCIA NOVOS INVESTIMENTOS NO SECTOR ENERGÉTICO

O governo anunciou a concessão da construção de uma nova barragem hidroeléctrica em Mependa Uncua no rio Zambeze a um consórcio composto pelas empresas Electricidade de Moçambique (EDM), Camargo Correia (Brasil) e Energia Capital (Moçambique). A barragem terá uma capacidade de produção de 1500 MWh, que compara com a capacidade de 2075 MWh de Cahora Bassa, e um custo estimado de USD 1.65 mil milhões. O governo pretende que os trabalhos de construção se iniciem em 2009 mas o projecto ainda carece de garantias de financiamento que na actual crise de crédito global se poderá revelar difícil de obter.

O governo procura ainda financiamento para a construção de uma linha eléctrica com a extensão de 1400 km de ligação entre a nova barragem, a barragem de Cahora Bassa, a central termoelectrica a carvão de Moatize e Maputo no montante de USD 2.5 mil milhões. Esta infra-estrutura assume uma importância vital para o desenvolvimento do país uma vez que este não possui uma linha eléctrica de norte a sul do país o que faz com que a energia produzida em Cahora Bassa seja inicialmente exportada para a África do Sul para ser posteriormente reimportada deixando Moçambique dependente da África do Sul para o abastecimento interno. Actualmente apenas 13% da população tem acesso a electricidade, uma melhoria de 6 pontos percentuais em relação a 2003, mas à medida que o país se desenvolve as necessidades energéticas aumentam não só pelo aumento do consumo doméstico mas também pelo crescimento do tecido industrial. Assim e face à crescente relutância da África do Sul em ceder energia em virtude dos seus problemas de abastecimento interno, a melhoria das infra-estruturas de produção e distribuição de energia eléctrica justifica a prioridade dada pelo governo ao sector.

FUNDOS LOCAIS PASSAM A SER GERIDOS DIRECTAMENTE PELO GOVERNO

Os fundos de desenvolvimento distritais, uma iniciativa presidencial que visa financiar directamente os 138 distritos para aplicar em projectos que incentivem a criação de emprego a nível local e o aumento da produção agrícola, passaram a ser geridos directamente pelo governo devido, por um lado, ao uso pouco eficiente que estaria a ser dado aos fundos, e, por outro, a suspeitas de que estes estariam a ser usados como forma de influência política. A cada distrito é destinada uma verba entre USD 250 mil e USD 350 mil. Estes fundos deveriam ser pagos anualmente permitindo que o financiamento fosse reutilizado anualmente; no entanto, até ao momento nenhum distrito procedeu ao reembolso. Apesar deste revés, o ministro das Finanças continua a defender o programa como necessário para criar capacidade de gestão e emprego ao nível local e suportar a emergência de uma classe empreendedora nos distritos mais remotos de Moçambique.

FALTA DE FINANCIAMENTO COLOCAM EM CAUSA VIABILIZAÇÃO DE MEGA PROJECTOS

O maior risco para o crescimento da economia moçambicana é que perante a crise de crédito global, os investidores encontrem dificuldades de financiamento pondo em causa a realização de um número considerável de mega projectos. Entre os projectos em causa encontram-se:

- Para além da construção da barragem de Mependa Uncua, que deveria ter início no princípio de 2009, e da extensão da rede eléctrica em 1400 km, o governo pretende expandir a capacidade produtiva de Cahora Bassa cujo custo estimado é de USD 1000 milhões;
- O projecto de extracção de titânio de areias pesadas Corridor Sands liderado pela BHP Billiton avaliado em USD 500 milhões foi adiado devido a dúvidas quanto à sua viabilidade económica e existe o risco de ser cancelado;
- Em meados de Novembro, a ArcelorMittal suspendeu temporariamente os seus investimentos no país incluindo a construção de uma siderurgia em Maputo. Uma proposta para a construção de outra siderurgia em Maputo no valor de USD 2 mil milhões encontra-se também em dúvida.
- Vários projectos de extracção mineira liderados por empresas de menor dimensão encontram-se em dúvida devido à sua situação mais vulnerável.

Os projectos que deverão ser levados avante serão aqueles que já se encontrem em execução ou que possuam financiamento assegurado. Entre estes encontram-se a construção de um oleoduto entre o porto de Maputo e a África do Sul e a expansão do gasoduto com destino

ao mesmo país. O projecto para a construção de uma mina de carvão em Moatize no valor de USD 1.5 mil milhões também se encontra bem encaminhado tendo a empresa responsável, Vale do Rio Doce, investido USD 250 milhões durante este ano.

REALIZADA REVISÃO SEMESTRAL COM PARCEIROS DE APOIO PROGRAMÁTICO (PAPs)

O Governo e os PAPs procederam à revisão semestral do programa de apoio ao país. A reunião teve como objectivo fixar os indicadores e metas a atingir em 2009 bem como as metas indicativas para 2010 no âmbito do programa de apoio. Procedeu-se também à análise dos indicadores de 2008 cuja possibilidade de virem a ser cumpridos é reduzida. Assim dos 40 indicadores a cumprir por Moçambique no âmbito do programa de apoio, 10 deles, ou seja, um quarto podem não ser cumpridos, sendo eles:

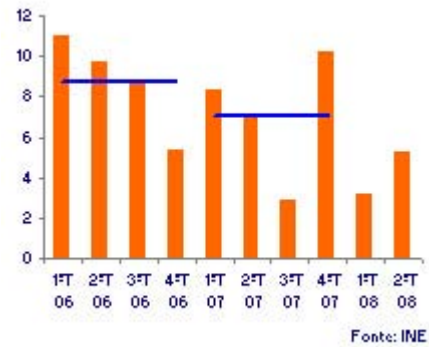
- Moçambique deveria criar 11 Observatórios de desenvolvimento Provinciais (ODP's) - no âmbito da análise da pobreza. Até ao momento apenas foram criados 4 estando previsto até ao final do ano a criação de mais 3. No entanto nenhum dos ODP's criados publicou qualquer relatório não sendo por isso possível atestar a qualidade dos mesmos;
- No âmbito da Pesquisa de Localização das Despesas Públicas (PETS) deveria ser produzido um estudo na área de educação que não deverá estar disponível até ao final do ano;
- O número de casos julgados pelos tribunais cresceu 2% no primeiro semestre de 2008 quando o objectivo fixado é de 15%;
- O número de crianças que beneficiam do TARV pediátrico (tratamento SIDA/HIV) ficou muito aquém do esperado (7.551 em 20.826) devido a uma sobreestimativa do número de pacientes a tratar dados os recursos disponíveis;
- Na educação, a escolarização de raparigas aos 6 anos ficou 1 ponto percentual abaixo do esperado (73%) e o rácio professor aluno no Ensino Primário 1 decresceu de 73/1, em 2007, para 71/1 quando o objectivo era de 69/1. Para esta descida contribuiu a contratação de 8.4 mil professores, no entanto, a demora na substituição de professores que deixaram de leccionar não permitiu que o objectivo fosse atingido;
- Não foram eliminadas as inspecções pré-embarque no processo de importação que poderá levar ao não cumprimento do objectivo de 20 dias no tempo necessário para efectuar uma exportação ou importação;
- O número de novos hectares de regadio fixou-se em 640 no primeiro semestre, uma execução de 19% do objectivo anual. Este baixo nível de execução ficou a dever-se às cheias que assolaram o país, estando as autoridades a envidar esforços para recuperar o atraso na execução destes projectos;
- O número de áreas comunitárias agrícolas registada foi 31 enquanto que o objectivo anual é de 242. Contudo, este objectivo é considerado irrealista pois entre 1998 e 2007 só foram delimitadas 246 comunidades;
- Deveriam ser aprovados 20 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDDs) com especificação do uso do território mas até ao momento não foi aprovado nenhum, encontrando-se 27 à espera de aprovação.

CONTAS NACIONAIS

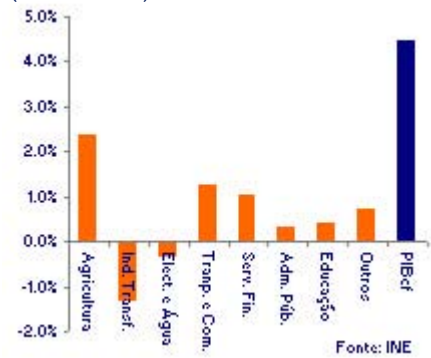
O crescimento do PIB acelerou no segundo trimestre de 2008 tendo aumentado em termos homólogos 5.3%, 2.1 pontos percentuais acima do crescimento verificado no trimestre anterior. Em cadeia, a variação do PIB ajustado da sazonalidade fixou-se em 1.2%, o que compara com uma quebra de 3.6% no primeiro trimestre que se deveu sobretudo a um crescimento muito forte verificado no último trimestre de 2007.

No primeiro semestre de 2008, a economia cresceu em termos homólogos 4.3%. O contributo do sector agrícola ultrapassou os 50%, uma vez que apesar das cheias conseguiu crescer mais de 8% em termos homólogos, o que fez com que o seu peso no PIB aumentasse de 24% para 30%. Seguiram-se os sectores de Transportes e Comunicações e Serviços Financeiros que apresentaram um contributo de 28% e 23.5%, respectivamente. O crescimento destes sectores deve-se à melhoria das infra-estruturas e ao maior dinamismo da procura interna no primeiro caso e ao aumento do crédito concedido no segundo que está a permitir um maior crescimento do sector na economia. O peso dos sectores no PIB manteve-se estável em 10% e 6%, respectivamente. Pelo lado negativo realça-se os sectores da Indústria Transformadora e Electricidade e Água cujo contributo foi de -30% e -8.4%, respectivamente. A diminuição do produto na Indústria transformadora deve-se à quebra de produção da fábrica de lingotes de alumínio da Mozal em consequência da falta de abastecimento de energia eléctrica enquanto que a quebra na produção no sector de Electricidade e Água se deveu à avaria de uma subestação eléctrica o que provocou um atraso nas exportações de Cahora Bassa para a África do Sul. Neste primeiro semestre, os sectores que se apresentaram mais dinâmicos foram o dos Serviços Financeiros, Indústria Extractiva, Transportes e Comunicações, e Educação que cresceram em termos homólogos 19.5%, 15.2%, 13.3% e 10.8%, respectivamente.

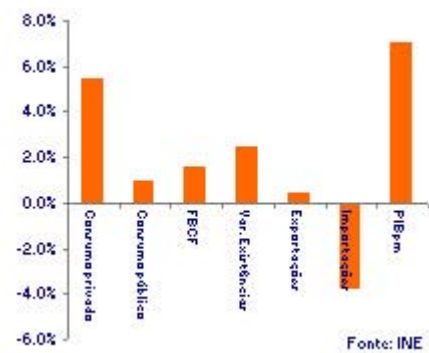
Crescimento real do PIB



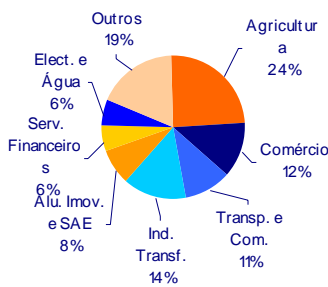
Contributo para o crescimento (1ºSem 2008)



Contributo para o crescimento (2007)



PIB por sector (2007)



PIB por sector (1ºSem 2008)



Composição do PIBpm

	2007 (Milhões MTZ)	%
Consumo privado	164213	79.2%
Consumo público	24739	11.9%
FBCF	37283	18.0%
Var. Existências	-1945	-0.9%
Exportações	58283	28.1%
Importações	75319	-36.3%
PIBpm	207254	100.0%

Fonte: INE Moçambique

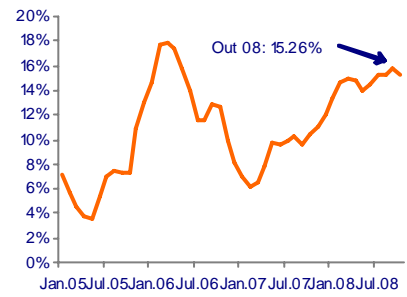
As contas anuais de 2006 e 2007 foram revistas tendo a estimativa de crescimento real do PIB em 2007 permanecido em 7% enquanto que o crescimento em 2006 foi revisto em alta de 8.5% para 8.7%. O consumo privado representa 79% do PIB tendo contribuído com 5.4 pontos percentuais para o crescimento em 2007. O Investimento que beneficia do IDE dirigido à economia e do aumento do investimento público, vital para a construção de infra-estruturas básicas sociais e de apoio ao desenvolvimento da economia, representa 18% do PIB e foi responsável por 22% do crescimento do produto em 2007. A procura externa líquida contribuiu negativamente para o PIB em 3.4 pontos percentuais. As exportações tiveram um ténue aumento de 1.4% enquanto que as importações sofreram um aumento de 8.8%. De destacar o aumento de 22.5% das exportações de serviços que estão a beneficiar do desenvolvimento do sector turístico no país, sector que deverá desempenhar um papel cada vez mais preponderante na economia do país. Entre os países de origem dos turistas, destaca-se a África do Sul que representava cerca de 50% do total em 2004, seguindo-se Malawi e o Zimbabué. Fora do continente africano, os principais países são, respectivamente, Portugal, Reino Unido e EUA, que representam ainda uma pequena proporção do total.

INFLAÇÃO

Entre Abril e Outubro de 2008, a inflação acelerou de 14.74% para 15.26% em termos homólogos tendo atingido um pico de 15.85% em Setembro. Esta tendência de aceleração dos preços deve-se na sua maior parte ao aumento dos preço dos bens alimentares. A inflação acumulada até Outubro de 2008 era 9.63% e a componente de Alimentação e Bebidas teve um contributo de 7.08 pontos percentuais para este total. A alteração da conjuntura a nível internacional deverá reverter esta tendência. Com efeito, até Julho de 2008 assistiu-se a um aumento dos preços dos bens alimentares e energéticos nos mercados internacionais que tiveram como resultado um aumento da inflação a nível global. Este aumento foi mais sentido nos países em vias de desenvolvimento, pois o peso daqueles bens no consumo das famílias é mais elevado. O cenário de recessão global que hoje vivemos, em especial nos países desenvolvidos que provavelmente verão o seu produto interno contrair no próximo ano, levaram uma queda acentuada dos preços energéticos e alimentares nos mercados internacionais pelo que se espera uma desaceleração da inflação por esta via.

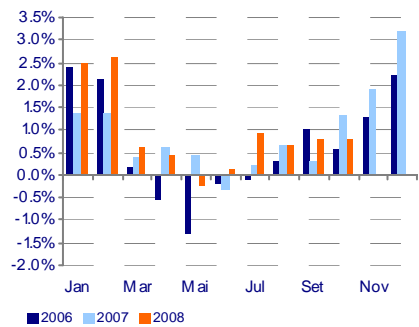
Factores específicos a Moçambique farão com que esta desaceleração não seja demasiado pronunciada. A manutenção de um ritmo de crescimento elevado implica uma procura interna dinâmica, que face às restrições do lado da oferta, provoca pressão sobre os preços. Mais ainda, a existência de eleições legislativas e presidenciais deverá fazer com que as autoridades aumentem os gastos públicos colocando pressão adicional por parte da procura interna.

Inflação (Taxa de Var. Homóloga)



Fonte: INE Moçambique

Inflação (Taxas de Var.em cadeia)



Fonte: INE Moçambique

SECTOR EXTERNO

BALANÇA DE PAGAMENTOS

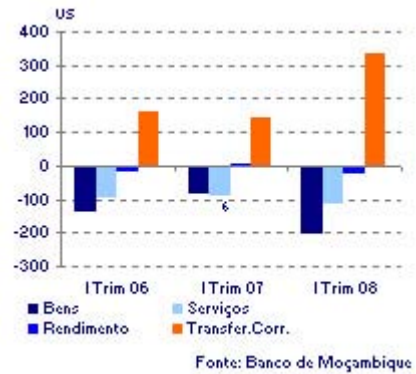
No primeiro trimestre de 2008, a balança corrente moçambicana sofreu uma melhoria face ao período homólogo de 2007. Esta melhoria do saldo deveu-se a um aumento no saldo das transferências correntes de USD 140 milhões para cerca de USD 330 milhões ao passo que a balança de bens e serviços sofreu um agravamento do saldo negativo de USD 177 milhões para USD 320 milhões. Na base do aumento das transferências correntes estiveram as transferências feitas para a administração central que aumentaram de USD 130 milhões para USD 324 milhões. O agravamento do saldo da balança de bens e serviços deveu-se à deterioração de ambas as componentes da balança. A balança de bens registou um saldo negativo de USD 205 milhões o que compara com saldo negativo de USD 87 milhões em igual período do ano anterior. As exportações apresentaram uma ligeira quebra (-3.8%) devido uma diminuição de produção na fábrica de alumínio da Mozal resultante das dificuldades de abastecimento de energia eléctrica, verificando-se uma quebra das exportações ligadas aos mega projectos de 8.5%. No segundo semestre do ano, o efeito da queda do preço do alumínio nos mercados internacionais deverá fazer sentir-se no valor das exportações uma vez que os lingotes de alumínio ultrapassam os 50% do total das exportações. Por sua vez, as importações sofreram um aumento em consequência do maior dinamismo da procura interna, destacando-se, inversamente, a redução das importações relacionadas com os mega projectos o que se deve ao estado operacional em que alguns já se encontram. É possível que as importações de produtos intensivos em capital relacionadas com os mega-projectos abrandem nos próximos anos devido à menor escala apresentada pelos últimos. A balança de serviços deteriorou-se devido aos sectores dos transportes, construção e serviços financeiros. O, ainda, ténue desenvolvimento da economia leva ao recurso de serviços ao exterior, uma tendência que se deverá manter nos próximos anos. Contudo, a expansão do sector do turismo permitirá contrabalançar estes efeitos não se esperando um agravamento significativo da balança de serviços.

Os fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) com destino a Moçambique permanecem em níveis elevados. A crise global do crédito tornou mais avessos ao risco os investidores e tornou o acesso ao crédito mais restrito o que deverá condicionar os investimentos a efectuar. Ainda assim, Moçambique apesar de não se encontrar imune a esta conjuntura reúne condições para continuar a atrair IDE. Sendo um exemplo bem sucedido de estabilização política e social no período pós guerra continuará a gozar do apoio externo através de donativos internacionais o que se traduz num garante de estabilidade para os investidores internacionais. A dinâmica da procura interna que garante um crescimento acelerado da economia é outro dos factores que fará com que os investidores continuem a privilegiar Moçambique como destino de investimento.

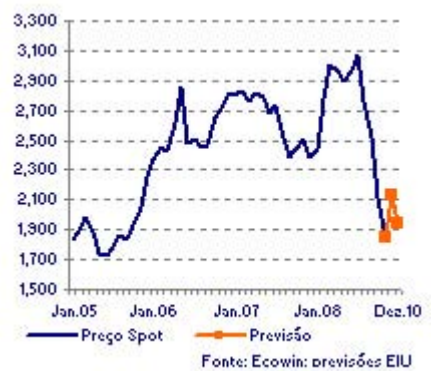
TAXA DE CÂMBIO

O Banco de Moçambique (BdM) tem como objectivo primordial preservar o valor da moeda através da estabilidade dos preços. A política cambial procura manter a estabilidade do metical face ao dólar de forma a conter a inflação importada. A acumulação de reservas efectuada deixa antever que o BdM será capaz de prosseguir com esta política. A valorização do euro face ao dólar no primeiro semestre fez aumentar o preço das importações oriundas do continente europeu colocando pressão sobre a inflação. A reversão da valorização do euro face ao dólar constitui um alívio no preço dos bens importados.

Balança Corrente



Preços do alumínio no mercado internacional (US\$ por tonelada)



Entradas de IDE (Milhões USD)



Evolução do Metical



POLÍTICA MONETÁRIA E SISTEMA FINANCEIRO

Como referido, o objectivo do BdM passa pela estabilidade dos preços e para isso, para além do controlo da evolução da taxa de câmbio, controla o crescimento da massa monetária. Com a economia a apresentar sinais de um crescimento dinâmico, os esforços do BdM passam por eliminar excessos de liquidez na economia através da emissão de bilhetes do Tesouro e compra de moeda nacional.

O BdM possui ainda uma facilidade permanente de cedência de liquidez e uma facilidade permanente de absorção de liquidez. Desde Janeiro, o banco central não procedeu a qualquer alteração das suas taxas directoras. A taxa da facilidade permanente de depósitos permaneceu nos 10.25% enquanto que a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez situa-se em 14.5%.

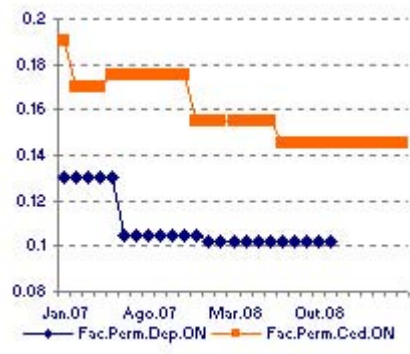
Na última reunião do Comité de Política Monetária do BdM, em Dezembro, este tendo em conta o comportamento da base monetária, as previsões para a evolução da inflação e dos agregados monetários bem como os possíveis impactos negativos decorrentes da crise financeira, da volatilidade dos preços das commodities, bem como a instabilidade de alguns países da região decidiu "intensificar a actuação nos mercados interbancários, de modo a assegurar um nível de liquidez na economia, consentâneo com os objectivos de controlo da inflação, da base monetária e das reservas internacionais líquidas".

As taxas de colocação dos títulos do Bilhetes do Tesouro (BT's) com prazo a 91 dias e 182 dias, os prazos em que as emissões ocorrem com mais frequência, tiveram uma evolução descendente no primeiro semestre tendo desde então subido ligeiramente. A taxa do BT'a a 91 dias situa-se próxima dos 14% enquanto que os BT's a 182 dias têm um retorno superior em cerca de 0.25 p.p., uma diferença que tem permanecido constante. Numa economia pouco diversificada e com um sistema financeiro pouco desenvolvido os BT's constituem uma alternativa de investimento segura que justificam a manutenção da procura por este tipo de produtos.

No mercado interbancário, as taxas de juro activas e passivas permaneceram estáveis continuando assim a apresentar um diferencial significativo entre elas. O nível elevado das taxas de juro activas continua a constituir um entrave à concessão de crédito. Os esforços das autoridades no sentido de diminuir o nível das taxas de juro continuam sem surtir efeito uma vez que o principal obstáculo à diminuição dos spreads praticados permanece (a inexistência de um conjunto de garantia reais amplo face a uma estrutura económica ainda demasiado informal). Outros factores intrínsecos à condição de país em desenvolvimento como: economia pouco diversificada; a inexistência de uma parte significativa da população com poder de compra; e um sistema financeiro pouco desenvolvido também contribuem para o prémio de risco mais elevado.

A existência de um sistema financeiro sólido é essencial ao progresso de um país, pois a sua existência permite o acesso ao crédito a uma camada mais abrangente da população permitindo o desenvolvimento de pequenos projectos que possibilitam um crescimento da economia mais diversificado e mais abrangente em termos populacionais, criando-se um ciclo virtuoso de redução da pobreza. Em Moçambique, o crescimento do crédito permanece

Taxas Directoras do Banco de Moçambique



Fonte: Banco de Moçambique

Taxas de Juro Activas e Passivas

	2005	2006	2007	Mar-08	Out-08
Activas					
90	20.36	24.15	21.55	21.55	21.3
180	21.48	24.53	22.06	22.06	22.15
1 Ano	19.2	23.22	21.87	21.87	21.51
Passivas					
90	6.57	9.58	10.43	10.45	10.68
180	7.61	11.23	11.55	10.86	11.07
1 Ano	8.52	12.37	11.96	11.54	11.36

Fonte: Banco de Moçambique.

Taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro



Fonte: Banco de Moçambique

Crédito à economia (y/y)

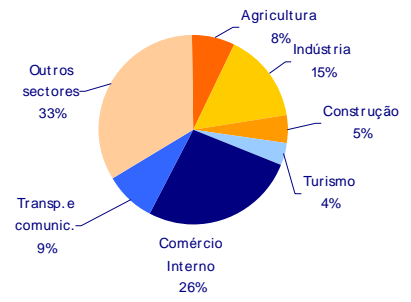


Fonte: Banco de Moçambique

em níveis baixos para o nível de desenvolvimento do país, muito embora, tenha vindo a acelerar o ritmo de expansão. Entre Janeiro de 2008 e 31 de Outubro de 2008 a variação homóloga do crédito concedido passou de 22% para 42%.

Por sectores de actividade, o sector que se destaca na concessão de crédito continua a ser o do comércio interno que representa 26% do total. Segue-se o sector industrial cuja preponderância tem vindo a diminuir passando de 19% em 2006 para 15% em Setembro de 2008. O sector de transporte e comunicações representa 9% do total o que constitui um aumento de 3 pontos percentuais (p.p.) face a 2006 mas uma queda de 3 p.p. face ao final de 2007 enquanto que o sector agrícola representa cerca de 8% do total tendo mantido a sua proporção estável.

Crédito por sector (Set-08)



Fonte: Banco de Moçambique

INDICADORES DE COMPETIVIDADE

Após uma melhoria no ranking de 2008, Moçambique teve um fraco desempenho no ranking Doing Business 2009 do Banco Mundial. Moçambique situa-se em 141º lugar de uma lista de 181 países, 8 posições abaixo do lugar ocupado em 2008. Ao analisarmos as diferentes componentes do índice realça-se que a única componente em que o país obteve uma melhoria significativa foi no cumprimento de contratos - devido a uma diminuição do número dias de 1010 para 730 - que já havia registado uma ligeira melhoria no ano anterior. Pelo lado negativo, destaca-se: a deterioração da facilidade de iniciar um negócio que se deveu a um

aumento do custo e do capital mínimo exigido para iniciar um negócio; a queda na componente referente ao registo de propriedade em virtude do aumento do custo de realização do acto; à maior dificuldade de obtenção de crédito; e ainda a queda da componente de pagamento de impostos que se deveu a uma deterioração relativa de Moçambique face aos outros países uma vez que a situação moçambicana permaneceu inalterada.

Este ranking é uma referência internacional na avaliação para as condições de realização de negócios e o desempenho de Moçambique poderá reduzir a atractividade do país em termos internacionais. Em relação a outros países da África Subsariana, Moçambique continua a posicionar-se melhor do que Angola mas ainda muito abaixo dos melhores exemplos como a Namíbia. De referir que não só o desempenho de Moçambique se deteriorou mas também o da região na sua generalidade. As receitas proporcionadas pelos elevados preços nos mercados internacionais do crude e das commodities levaram a que muitos países abrandassem o seu ritmo de reformas o que resultou numa má performance da região.

O Índice de Percepção de Corrupção da Transparency International mede o nível de percepção de corrupção no sector público através de inquéritos ao sector privado e a consultores. A escala do índice varia entre 0 (muito corrupto) e 10 (livre de corrupção) e estima-se que a melhoria de 1 ponto no índice conduz a um aumento de 4% do rendimento médio. A presença de corrupção no sector público é um dos principais entraves ao desenvolvimento de um país. A falta de ética e a escolha de projectos ou investidores através de subornos ou de redes de influência impedem a escolha dos projectos que potenciariam o crescimento da economia de forma óptima. Mais ainda, um ambiente em que impera a corrupção não incita ao desenvolvimento da iniciativa privada em especial dos pequenos empresários, impedindo um crescimento da economia mais diversificado e abrangente e por isso redutor dos níveis de pobreza.

No Índice de Percepção de Corrupção referente a 2008, Moçambique obteve uma má performance. O país viu a sua posição deteriorar-se em termos globais, no seio da África Subsariana e em termos absolutos. A sua pontuação no índice é de 2.6, menos duas décimas do que ano anterior. Uma pontuação abaixo de 3 indica que a corrupção é percebida como galopante enquanto que entre 3 e 5 a corrupção é vista como um sério desafio pelos investidores e analistas do país o que significa que Moçambique ainda tem um longo caminho a percorrer no que refere à melhoria do funcionamento das instituições públicas.

Posição na listagem Doing Business do Banco Mundial

	Moçambique			Angola		Namíbia	
	2007	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Índice geral	140º	134º	141º	167º	168º	43º	51º
Começar um negócio	157º	125º	144º	173º	156º	101º	112º
Obtenção de licenças de construção	147º	147º	153º	136º	125º	31º	38º
Empregar pessoal	162º	162º	161º	172º	174º	33º	34º
Registo de propriedade	124º	126º	149º	166º	173º	128º	129º
Obtenção de crédito	94º	97º	123º	84º	84º	36º	12º
Protecção dos investidores	96º	33º	38º	51º	53º	64º	70º
Pagamento de impostos	66º	72º	88º	120º	130º	48º	96º
Comércio transfronteiriço	137º	140º	140º	164º	172º	144º	150º
Cumprimento de contractos	141º	138º	124º	176º	179º	33º	36º
Fechar o negócio	130º	134º	133º	138º	142º	47º	52º

Fonte: Doing Business 2009.

Posição no Corruption Perception Index

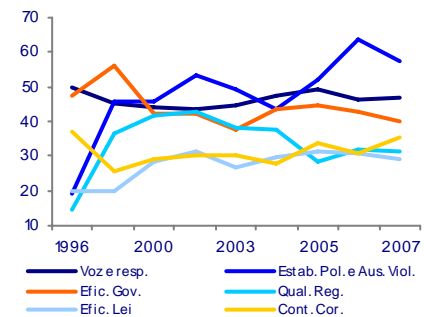
	2008			2007		
	Mundo	África subsariana	Índice	Mundo	África subsariana	Índice
Botswana	36º	1º	5.8	38º	1º	5.4
Namíbia	61º	6º	4.5	57º	5º	4.5
Moçambique	126º	25º	2.6	111º	20º	2.8
Angola	158º	35º	1.9	147º	37º	2.2

Fonte: Transparency International

A África Subsariana teve um comportamento heterogéneo com países a melhorarem significativamente como a Nigéria enquanto que outros viram o seu desempenho piorar como a Somália. Dentro deste grupo, Moçambique caiu 5 posições, de 20º para 25º, conseguindo obter uma classificação superior a Angola mas muito abaixo de países vizinhos como a Namíbia e o Botswana.

Tal como o ambiente para a realização de negócios e a corrupção existente entre as instituições públicas também o bom governo é um elemento chave para o desenvolvimento sustentável de um país. Um grupo de trabalho do Banco Mundial compila há uma década os Worldwide Governance Indicators (WGI) que pretendem capturar seis dimensões chave de boas práticas levadas a cabo pelos países de forma a assegurar uma melhor qualidade no governo. Essas dimensões são: Voz e responsabilidade que mede até que ponto os cidadãos gozam de liberdade de escolha dos seus governantes, de liberdade de expressão, associação e de uma imprensa livre; Estabilidade política e ausência de violência/terrorismo que mede a probabilidade de um governo ser desestabilizado por meios violentos ou terrorismo; Eficácia governamental que mede a qualidade dos serviços públicos, a intervenção da sociedade civil e a sua independência do poder político e a qualidade das políticas formuladas; Qualidade da regulação que mede capacidade do governo de criar um ambiente regulatório estável e eficaz que permita o desenvolvimento saudável do sector privado; Eficácia da lei que mede até que ponto a sociedade tem confiança no correcto cumprimento da lei e funcionamento do sistema judicial; Controlo da corrupção que mede qual a extensão com que o poder público é exercido para benefício privado, incluindo corrupção em pequena e grande escala assim como a captura do estado pelas elites políticas.

Worldwide Governance Indicators



Fonte: Banco Mundial

Estes indicadores fornecem assim um quadro amplo quanto à qualidade das instituições do país e é reconhecido pela comunidade internacional como um bom indicador quanto ao sucesso e eficácia de programas de desenvolvimento, o que é particularmente importante no caso moçambicano, pois depende em grande parte de donativos internacionais. Estes indicadores também permitiram desmistificar algumas suposições sendo possível encontrar entre países emergentes e em desenvolvimento casos de bom governo como o Botswana bem com melhorias significativas num espaço de uma década em países como Gana, Angola e Etiópia.

Ao longo da última década, Moçambique obteve uma melhoria de posição em três destas dimensões enquanto que em duas delas viu a sua posição piorar. Na dimensão Voz e responsabilidade manteve a sua posição inalterada tendo uma avaliação superior a 47% dos países. Estabilidade política e ausência de violência foi a dimensão que registou o melhor desempenho situando-se agora à frente de 57% dos países comparando com 19% em 1996, uma evolução normal face ao fim dos conflitos internos em 1994. As dimensões Qualidade da regulação e Eficácia da lei também obtiveram uma melhoria embora não tão significativa e continuam a apresentar o pior desempenho entre as dimensões analisadas. As dimensões Controlo da Corrupção e Eficácia governamental tiveram uma evolução negativa o que indica que a qualidade das instituições públicas e a participação e liberdade da população na vida política ainda se encontram além daquilo que é desejável, situação que se espera ver melhorada ao longo dos anos à medida que a democracia se estabiliza.

Em comparação com os países da região, tal como nos índices analisados anteriormente, Moçambique consegue obter uma performance mediana na região, ainda longe dos melhores exemplos como a Namíbia ou o Botswana mas numa posição superior a Angola que necessita de continuar os seus esforços de estabilização das instituições democráticas.

Posição relativa no WGI

	Voz e resp.	Estab. Pol. e Aus. Viol.	Efic. Gov.	Qual. Reg.	Efic. Lei	Cont. Cor.
Moçambique	47%	57%	40%	32%	29%	35%
Angola	16%	28%	11%	17%	7%	6%
Namíbia	64%	79%	62%	54%	57%	63%

Fonte: Banco Mundial

ANÁLISE AO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2009

O cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado 2009 (OE) é relativamente equilibrado, ainda que se possa considerar optimista do ponto de vista do crescimento e conservador pelo lado da inflação. De facto, atendendo à actual envolvente internacional fortemente negativa, as entradas previstas de investimento directo estrangeiro poderão ficar aquém do esperado e serem adiados alguns dos megaprojectos previstos (barragem de Mependa Uncua no Rio Zambeze, o Corredor de Areias do projecto das minas de titânio e vários outros projectos - ver capítulo respectivo) devido a dificuldades de financiamento, ainda que não estejam em causa os fluxos de ajuda internacional (o conjunto de 19 países que enviam donativos ao abrigo do PAP (Parceiros do Acordo Programático) já garantiram que enviariam USD 774 milhões em 2009). No que respeita à taxa de inflação, a queda dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis deverá induzir desaceleração da inflação em 2009, ainda que este efeito deva ser parcialmente compensado pela re-introdução dos impostos aduaneiros e eliminação dos subsídios sobre os combustíveis e meios de transporte colectivos, revertendo as medidas adoptadas ao longo de 2008 após os fortes protestos da população na sequência da escalada de preços.

Previsões Económicas				
	2008	2009	2010	2011
PIB nominal (mln USD)	9,728	10,468	11,149	12,999
PIB nominal (MM MTZ)	234,764	266,572	300,118	337,886
Tx. crescimento real PIB	6.5%	6.7%	7.0%	7.0%
Inflação média anual	9.8%	8.0%	9.9%	6.2%

Fonte: Proposta de Orçamento

A título de referência, o cenário do FMI é relativamente semelhante; as maiores diferenças são um ritmo de crescimento mais moderado e inflação mais baixa no longo prazo (2010-11), e inflação superior em 2008 e 2009.

Previsões Económicas FMI Out 2008				
	2008	2009	2010	2011
Tx. crescimento real PIB	6.5%	6.7%	6.6%	6.5%
Inflação média anual	10.1%	8.4%	5.6%	5.2%

Fonte: Proposta de Orçamento

1. A EXECUÇÃO DE 2008

...As receitas

Relativamente à execução da receita pública, verifica-se que no primeiro semestre de 2008 ficou ligeiramente abaixo do objectivo, mas ainda assim melhor que em 2007 (taxa de execução de 47.2% no 1S08 face a 46.8% no período homólogo). As receitas do Estado são praticamente todas provenientes de impostos (os donativos não são considerados receitas, são autónomos), destacando-se os impostos sobre bens e serviços, cerca de metade da receita. Com destaque para o IVA com um peso significativo, 34% do total.

Esta estrutura de captação de receitas constitui um reflexo directo das características e de deficiências ao nível da base tributária. O elevado grau de informalidade em todas as dimensões da actividade económica, desde as relações laborais, as transacções de bens e serviços, etc., dificulta a captação de receita, não obstante o desenho de um quadro fiscal legislativo, que é habitualmente reconhecido como sendo um dos mais adequados para a realidade da região. Neste contexto, o Governo tem envidado esforços no sentido do alargamento da base tributária e de facilitar o cumprimento das obrigações fiscais, por exemplo via o lançamento de um Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes tanto nas zonas rurais como urbanas, e o avanço no processo de atribuição de um Número Único de Identificação Tributária (NUIT), entre outros. Refira-se ainda a necessidade urgente de avanço neste processo, dada o peso dos impostos cobrados sobre as transacções aduaneiras (cerca de 20% do tal de receitas) e atendendo ao objectivo de desarmamento aduaneiro no âmbito da participação de Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Recorde-se que um dos objectivos desta organização é criar uma zona de comércio livre de barreiras alfandegárias e uma moeda única entre os países participantes

Recelta do Estado - Execução de 2008

Unidade: Milhões de Meticais

	LEI		LEI		Execução semestral		Taxas de execução		Tx Cresc. Real
	2007	%	2008	%	2007 Exec. 1º sem	2008 Exec. 1º sem	2007 % de realização	2008 % de realização	
	Recelta do Estado	33,261	100	38,816	100%	15,557	18,312	46.8	
Receitas Correntes	31,401	94	37,117	96	14,615	17,431	46.5	47	12.8
Receitas Fiscais	26,532	80	30,801	79	12,650	15,979	47.7	51.9	19.5
Impostos sobre rendimentos	7,555	23	10,004	26	4,317	5,557	57.1	55.6	21.8
Imposto especial sobre o jogo	47	0	69	0	25	23	52.7	32.5	-13
Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas	3,259	10	4,622	12	1,961	2,675	60.2	57.9	29
Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares	4,250	13	5,312	14	2,331	2,860	54.9	53.8	16.1
Impostos sobre Bens e Serviços	17,222	52	18,861	49	7,688	8,871	44.6	47	9.2
dos quais: Imposto sobre Valor Acrescentado	11,073	33	13,168	34	15,072	5,977	45.8	45.4	11.5
nas importações	6,614	20	7,702	20	2,950	3,405	44.6	44.2	9.2
nas operações internas	4,459	13	5,466	14	2,122	2,572	47.6	47.1	14.7
Outros Impostos Fiscais	1,755	5	1,936	5	646	1,551	36.8	80.1	127.3
Receitas Não Fiscais	2,540	8	2,718	7	1,005	1,041	39.6	38.3	-2
Receitas Consignadas	2,329	7	3,599	9	960	410	41.2	11.4	-59.6
Receitas de Capital	1,860	6	1,699	4	3,943	881	50.7	51.8	-11.6

Fonte: Orçamento de Estado 2009

Importa ainda referir que, em sede do IRPC e IRPS, os megaprojectos contribuíram com 204 milhões de meticais, apenas 3.4% da receita tributária. Este pequeno contributo para a receita ilustra bem uma das habituais críticas aos excessivos benefícios fiscais concedidos a estes grandes projectos, pois acabam por gerar pouca riqueza internamente, sobretudo no que respeita à arrecadação do estado.

Receitas Fiscais provenientes dos megaprojectos (10³ meticais)

Produção de energia	12,077
Recursos Minerais	54,820
Outros Projectos	137,333
Total	204,230

Fonte: Orçamento de Estado 2009

...A despesa

Despesa do Estado - Execução de 2008

Unidade: Milhões de Meticais

	LEI		LEI		Execução semestral		Taxas de execução		Tx Cresc. Real
	2007	%	2008	%	2007 Exec. 1º sem	2008 Exec. 1º sem	2007 % de realização	2008 % de realização	
	Despesas Correntes	31,970	100	37,695	100	15,399	18,754	48.2	
Despesas Correntes (excluindo Enc.da dívida)	30,644	96	36,044	96	14,750	18,100	48.1	50.2	16.1
Despesas com o Pessoal	15,874	50	18,815	50	37,672	9,343	48.3	49.7	15.2
Salários e Remunerações	14,426	45	17,570	47	6,958	8,627	48.2	49.1	17.3
Outras Despesas com o Pessoal	1,448	5	1,246	3	714	716	49.3	57.5	-5.1
Bens e Serviços	6,607	21	8,131	22	13,492	4,076	52.9	50.1	10.4
Encargos da Dívida	1,326	4	1,651	4	649	654	48.9	39.6	-4.7
Juros Internos	889	3	1,122	3	456	439	51.3	39.1	-8.9
Juros Externos	437	1	529	1	193	215	44.1	40.6	5.3
Transferências Correntes	5,983	19	6,920	18	2,907	3,638	48.6	52.6	18.4
Subsídio às Empresas	378	1	423	1	168	175	44.5	41.4	-1.3
Outras Despesas Correntes	1,791	6	1,743	5	507	867	28.3	49.7	61.7
Exercícios Findos	12	0	12	0	4	1	34.5	5.3	-84.7
Despesas de Capital	203	1	386	1	87	93	42.8	24.1	1
Total de Funcionamento	32,174	101	38,081	101	15,486	18,846	48.1	49.5	14.9

Fonte: Orçamento de Estado 2009

Observando o detalhe de execução da despesa verifica-se que a política orçamental continua a ser marcadamente expansionista na medida em que as receitas públicas aumentaram 11.4% em termos reais no 1S08 que contrasta com 14.9% de expansão verificada no lado da despesa. Observa-se ainda que o grau de execução é satisfatório, sendo próximo dos 50% do objectivo, facto que reflecte também a entrada em pleno funcionamento do e-SISTAFE, ou seja, a versão para e-Government do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado. Este, criado em 2002, integra cinco subsistemas, nomeadamente o Orçamento do Estado, Contabilidade Pública, Tesouro Público, Património do Estado, e Controlo Interno. Princípios tais como a regularidade financeira, legalidade, eficiência, e eficácia regem o SISTAFE, que está sob direcção e coordenação do Ministério das Finanças.

De entre as rubricas da despesa, destacam-se os encargos com a dívida que evoluíram melhor que o esperado, atingindo apenas cerca de 40% do previsto até meados do ano. As iniciativas internacionais no âmbito do perdão da dívida (MDRI) e uma gestão de tesouraria mais eficaz, permitindo reduzir os custos com a emissão de Bilhetes do Tesouro, estão na base da evolução favorável da rubrica.

Em termos estruturais verifica-se ainda que cerca de 50% da despesa total está afectada ao pagamento de salários e remunerações.

...Despesas de Investimento

Ao contrário das restantes rubricas, os gastos em Investimento registaram uma fraca execução, apenas 22.8% do total programado. De facto, para o ano de 2008 foram programadas despesas de investimento no montante de 43 901.5 milhões de meticais, tendo sido executado apenas 10 013.1 milhões de meticais até ao 1S08. Segundo as autoridades, a taxa de execução poderá melhorar um pouco até final do ano pois estão em fase de implementação alguns projectos cujos concursos foram lançados no primeiro semestre. Ainda assim, comparativamente à execução de 2007, verifica-se um acréscimo de 7.5% em termos reais.

...Défice aumenta em termos homólogos

Face à realização de despesa e receita, o défice semestral, antes de donativos, ascende a 12 063.2 milhões de meticais, cerca de 5.4% do PIB, mais 0.5 p.p. face ao período homólogo.

...Despesas globais nas áreas prioritárias

A execução da despesa global no final do primeiro semestre de 2008 era de apenas 34.2%, influenciada naturalmente pela dificuldade de execução das despesas de investimento. A execução das designadas operações financeiras do Estado, amortização da dívida interna ou empréstimos às empresas, ficou também aquém do objectivo, com um grau de execução de apenas 22%. De entre a despesa em sectores prioritários, destaca-se pela positiva os gastos no combate ao HIV/SIDA, com um crescimento real de 72% face ao 1S07; pela negativa, o fraco crescimento dos gastos no sector da Agricultura e em Desenvolvimento Rural: o objectivo total de gastos no OE 2008 caiu em valor absoluto e a execução aumentou apenas 4% em termos reais, a menor taxa de crescimento observada. Apesar das dificuldades, pois um grande número de projectos foi afectado pelas cheias, principalmente na zona centro do País, e porque se iniciaram tardiamente muitos projectos de reabilitação de regadio, parece estar a haver pouca determinação por parte das autoridades no investimento num dos sectores cujo desenvolvimento se considera fundamental para a elevação da qualidade de vida da população e o combate à pobreza. No passado mês de Setembro, para fazer face à crise no mercado internacional de alimentos, decidiu-se avançar de forma mais célere na chamada Revolução Verde, que envolve as culturas de arroz, milho, trigo, mandioca, batata, oleaginosas (girassol e soja), avicultura e piscicultura. Segundo o OE 2009, pretendia-se até final de 2008, executar cerca de 30% do total do montante previsto para esse ano. Ainda não existem resultados desse esforço.

Execução da Despesa nas Áreas Prioritárias do Parpa(*)

Unidade: Milhões de Meticals

	LEI		LEI		Execução semestral		Taxas de execução		Tx Cresc. Real
	2007	%	2008	%	2007 Exec.	2008 Exec.	2007 % de	2008 % de	
					1º sem	1º sem	realização	realização	
Despesa Total	72,915.2	-	89,002.6	-	25,520.3	30,406.4	35.0	34.2	12.5
Juros da Dívida	1,326.3	-	1,651.0	-	649.0	687.7	48.9	41.5	-0.2
Operações Financeiras	5,769.9	-	7,020.5	-	1,222.3	1,515.4	21.2	21.6	17.1
Despesa Total Excl. Juros e Operações Financeiras	65,819.0	-	80,331.2	-	23,649.0	28,205.3	35.9	35.1	12.6
Total da Despesa nos Sectores Prioritários	42,611.9	1000	52,645.5	100	14,054.0	17,011.4	33.0	32.3	14.3
(em % da despesa total)	58.4	-	59.2	-	55.1	55.9			
(em % da despesa total excluindo juros)	64.7	-	65.5	-	59.4	60.3			
Educação	12,840.8	30	14,826.7	28	5,190.0	6,373.1	40.4	43.0	16.0
Ensino Geral	11,398.6	27	12,588.0	24	4,550.0	5,518.1	39.9	43.8	14.5
Ensino Superior	1,442.1	3	2,238.6	4	640.0	855.0	44.4	38.2	26.1
Saúde	8,220.3	19	9,568.7	18	2,722.0	2,812.2	33.1	29.4	-2.4
HIV/SIDA	345.6	1	637.7	1.2	126.0	229.3	36.5	36.0	71.8
Infraestruturas	10,243.2	24	17,052.6	32	2,933.0	3,802.2	28.6	22.3	22.4
Estradas	6,420.6	15	9,195.3	18	1,828.0	2,198.2	28.5	23.9	13.6
Águas	2,537.6	6	4,497.7	9	553.0	970.9	21.8	21.6	65.8
Obras Públicas	272.1	1	664.8	1	151.0	172.9	55.5	26.0	8.1
Recursos Minerais e Energia	1,012.9	2	2,694.8	5	840.1	460.1	39.6	17.1	8.4
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4,310.9	10	3,146.8	6	838.0	922.9	19.4	29.3	4.0
Governação, Segurança e Sistema Judicial	6,079.3	14	6,488.0	12	2,007.0	2,522.4	33.0	38.9	18.7
Segurança e Ordem Pública	2,817.2	7	2,384.5	5	1,009.0	1,242.2	35.8	52.1	16.3
Governação	1,800.1	4	2,207.5	4	454.0	593.3	25.2	26.9	23.4
Sistema Judicial	1,462.0	3	1,896.0	4	544.0	686.9	37.2	36.2	19.2
Outros Sectores Prioritários	571.9	1	925.0	2	238.0	349.4	41.6	37.8	38.6
Acção Social	373.1	1	633.2	1	162.0	265.8	43.4	42.0	55.0
Trabalho e Emprego	198.9	1	291.8	1	76.0	83.5	38.2	28.6	3.8

Fonte: Orçamento de Estado 2009

2. A PREVISÃO PARA 2009

A política orçamental para 2009 tem os seguintes objectivos:

- Estimular o ritmo de acumulação interna e padrões de crescimento económico sustentáveis;
- Garantir a estabilidade do Índice Geral dos Preços;
- Promover a competitividade e diversificação dos bens transaccionáveis;
- Contribuir para a correcção gradual dos desequilíbrios estruturais da balança de pagamentos;
- Promover o emprego e auto emprego nas zonas rurais e centros urbanos.

Relativamente à política tributária, pretende-se aumentar o nível de eficiência da administração fiscal e diversificar as fontes de captação de receita para o Estado. Para 2009 prevê-se que o montante de receitas a arrecadar atinja 46.216,3 milhões de Mt, equivalentes a 17,3% do PIB, representando um incremento de 1,4pp face a meta prevista para 2008.

De entre as principais acções a desenvolver na área tributária, salientam-se as seguintes:

- Expansão e consolidação do sistema de informatização dos impostos;
- A continuação da atribuição de NUIT aos contribuintes a todos os níveis;
- Reforço dos mecanismos com vista a facilitar o pagamento do imposto através da banca comercial;
- A adequação, melhoramento e disseminação da legislação fiscal e aduaneira;
- O prosseguimento das campanhas de divulgação e informação sobre a tributação visando a popularização do imposto.

A afectação da despesa no Orçamento de 2009 tem como objectivo fundamental, conforme as metas fixadas no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II), **a redução do índice de incidência da pobreza absoluta de 54% em 2003 para 45% em 2009**. De acordo com o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2009-11, a promoção de um ritmo de crescimento económico de 7%, a prossecução de estabilidade dos preços e da taxa de câmbio, são também objectivos genéricos deste orçamento.

Os grandes eixos que marcarão a realização da despesa pública em 2009, segundo o Orçamento de Estado, são os seguintes:

- A realização de Eleições Gerais e Provinciais em 2009;
- O início da operacionalização da Política Salarial na função pública (que visa incentivar a permanência de quadros qualificados na Função Pública, reforçando os salários dos níveis mais sénior);
- A implementação do Plano de Acção de Produção de Alimentos, no montante de USD 333 milhões, para implementar até 2011;
- O prosseguimento da promoção de projectos de geração de rendimentos, emprego e produção de alimentos a nível local;
- Reabilitação e construção de escolas secundárias e técnicas;
- Prosseguimento da implementação do projecto de electrificação rural e projectos visando estender a rede das telecomunicações às sedes distritais;
- Construção e reabilitação de furos para abastecimento de água nas zonas rurais.

O OE 2009 antecipa que as receitas do Estado cresçam 19% em 2009, aumentando cerca de 1.2 p.p. relativamente ao PIB. Subjacente a este objectivo está uma previsão de aumento significativo das receitas fiscais (cerca de 20%) e também das receitas de capital (que para além de privatizações, inclui receitas de concessão de explorações e dividendos). No que concerne às receitas fiscais, dada a retoma de preços francamente mais baixos de bens alimentares e combustíveis nos mercados internacionais, parece plausível a intenção do Executivo de reintroduzir os impostos alfandegários e o IVA sobre alguns produtos, bem como o Imposto sobre os combustíveis.

Receltas e Despesas para 2009

	2007	2008	Taxa de crescimento	2009	Taxa de crescimento
	CGE	LEI		Proposta	
Receltas do Estado	34,473.3	38,815.7	13%	46,216.3	19%
Em % do PIB	17.1%	16.5%		17.3%	
Receitas Correntes	32,623.6	37,116.6	14%	43,989.2	19%
Receitas Fiscais	29,509.9	30,800.6	4%	37,197.8	21%
Receitas não fiscais	2,457.3	2,717.6	11%	2,613.8	-4%
Receitas consignadas	656.4	3,598.5	448%	4,177.5	16%
Receitas de capital	1,849.7	1,699.1	-8%	2,227.2	31%
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	60,663	89,003	47%	104,327	17%
Em % do PIB	30.1%	37.9%		39.1%	
Despesas Correntes	31,983	38,081	19%	43,995	16%
Despesas de Investimento	24,661	43,902	78%	53,637	22%
Operações Financeiras	4,019	7,021	75%	6,695	-5%
Défice Orçamental (antes de donativos e recurso a crédito)	-26,189.8	-50,186.9		-58,110.3	
Em % do PIB	-13%	-21%		-22%	

Fonte: Orçamento de Estado 2009

Em relação à despesa pública, do total previsto para 2009 no montante de 104.326,6 milhões de Mt, 42,2% serão alocados para despesas de funcionamento, 51,4% para as despesas de investimento e 6,4% para as despesas com operações financeiras. As despesas correntes em 2009 aumentam em 0,3 pp do PIB face a 2008. As áreas prioritárias de actuação serão as actividades de supervisão pedagógica (admissão de 16 mil novos funcionários, 12 000 para a Educação e 1200 para a Saúde); o aumento da provisão dos serviços de tratamento anti-retroviral; o reforço da inspecção e supervisão administrativa do Estado e o aumento e melhoria da provisão de serviços públicos, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Justiça e Legalidade, Segurança e Ordem Pública e da Administração Financeira do Estado. Estão também incluídas nas despesas de funcionamento as despesas com a realização de Eleições Gerais e Provinciais bem como as alterações previstas na política salarial. Está também prevista a provisão de verbas para a assistência social aos grupos vulneráveis (subsídio de alimentos, apoio social directo, programa de geração de rendimentos) bem como a promoção de 15 mil funcionários.

De acordo com a classificação económica, as Despesas com Pessoal verão o seu peso no PIB aumentar de 7.7% em 2007 para 8.1% em 2009, quando absorverão cerca de 49% do total da despesa; pela positiva, os encargos com a dívida decrescerão, de 0.6% para 0.5% do PIB no mesmo período.

... As despesas de Investimento

As despesas de investimento em 2009 irão absorver 51,4% do Orçamento, representando um aumento de cerca de 2% face a absorção em 2008. As prioridades vão para os seguintes sectores, conforme o texto do Orçamento de Estado:

- **Sector da Educação** - privilegiando a expansão do ensino e melhoria da sua qualidade. Esta política será concretizada através da manutenção, reabilitação e construção de escolas; implementação de acções no âmbito da expansão do ensino à distância; universalização do ensino primário, alfabetização e educação de adultos e formação inicial de professores; o reforço das acções de supervisão pedagógica ao nível dos distritos; consolidação da Escola Superior de Desenvolvimento Rural em Vilanculos e a abertura da Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo em Chibuto; acções visando conferir sustentabilidade ao programa de ensino à distância; reforço da investigação e melhoria da qualidade de ensino no âmbito da reforma curricular.
- **Sector da Saúde** - prosseguimento de acções de prevenção e combate ao HIV/SIDA e a malária; expansão de unidades sanitárias; provisão adequada de medicamentos; e a canalização de verbas com vista a garantir o início do funcionamento do Hospital Geral de Nacala Porto.
- **Sector da Agricultura e Desenvolvimento Rural** - o programa de investimento público do Sector assenta na promoção do rendimento das famílias através do aumento da produtividade das mesmas. A estratégia do Sector inclui o melhoramento de toda a cadeia de comercialização dos excedentes de produção e a provisão de serviços financeiros às famílias rurais. Para o ano 2009, o peso da despesa total no sector da agricultura na despesa total passará para 7% como resultado do aumento de 5.810,0 milhões Mt para financiar o Plano de Acção de Produção de Alimentos.
- **No Turismo**, concentrar-se-ão no desenvolvimento do Parque Nacional de Gorongosa, com implementação do projecto Marca Moçambique.
- **Sector da Juventude e Desportos** - o destaque vai para a construção do Estádio Nacional. Prosseguirão acções de construção de um complexo desportivo em Pemba e outras infraestruturas desportivas.
- **Nas Obras Públicas e Habitação** destaque vai para a abertura de fontes de água (furos), construção de pequenos sistemas de abastecimento de água, construção de 4.900 latrinas melhoradas em Sofala e Niassa; a reabilitação de 60 fontes de abastecimento de água em quatro distritos da província de Niassa; a reabilitação da estrada N7 que liga Vandúzi-Changara numa extensão de 154 km e da estrada N1 que liga Namacurra-Rio Ligonha; melhoramento da estrada R4122008/09/03 entre Magude-Motaze; estrada Mopeia-Chinde, estrada Namaúia-Nangade, e da estrada N361 que liga Metangula a Cóbue.
- **Sector do Trabalho** - a criação de emprego, o reforço da infraestrutura de formação profissional e a extensão dos serviços de segurança social a todo o país continuarão a merecer atenção especial no âmbito do programa do governo no combate a pobreza.

3. CONCLUSÕES

Receltas e Despesas para 2009

	2007	2008	Taxa de crescimento	2009	Taxa de crescimento
	CGE	LEI		Proposta	
Défi ce Orçamental	-26,189.8	-50,186.9	92%	-58,110.3	16%
Financiamento					
Crédito Interno	0	350	-	290	-17%
Donativos	20,291	33,828	67%	42,856	27%
Crédito Externo	8,748	16,009	83%	14,964	-7%

Fonte: Orçamento de Estado 2009

O Orçamento para 2009 não introduz novidades significativas. Destaca-se o forte aumento previsto da despesa pública que, no entanto, é em grande parte resultado das dificuldades de execução do orçamento de investimento, que ficará também em 2008 aquém do previsto, conforme é visível nos dados de execução do primeiro semestre. Por outro lado, os elevados montantes de despesa pública previstos e o respectivo défi ce têm se ser enquadrados na disponibilidade de ajudas externas para os suportar. E aparentemente, essa disponibilidade mantém-se, apesar da crise internacional.

Não obstante este enquadramento particular das contas públicas de Moçambique, vale a pena recordar as principais críticas apontadas. Em concreto:

- O baixo grau de execução das despesas de investimento;
- O facto de a distribuição dos recursos em termos regionais penalizar (ou não discriminar positivamente) as províncias mais pobres;
- A grande dependência dos donativos internacionais;
- O reduzido peso da despesa afectada a áreas prioritárias para o desenvolvimento, nomeadamente a agricultura;
- Os desproporcionais benefícios fiscais atribuídos aos megaprojectos.

Paula Carvalho

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284
Telef.: (351) 22 207 50 00

4100 - 476 PORTO
Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º
Telef.: (351) 21 724 17 00

1269-067 LISBOA
Telefax: (351) 21 353 56 94